

Dívida pública cresce e é de 47,5% do PIB

Aumento em fevereiro foi de R\$ 6,4 bi devido principalmente ao pagamento de juros

• BRASÍLIA. A dívida líquida total do setor público atingiu R\$ 529,61 bilhões em fevereiro, um aumento de R\$ 6,4 bilhões em relação aos R\$ 523,21 bilhões de janeiro. O crescimento de 1,22% foi provocado, segundo o Banco Central, pelo pagamento de R\$ 4,1 bilhões a mais em juros da dívida em títulos públicos, e pelo reconhecimento de empréstimos de estados e municípios que estavam classificados como créditos comuns nos bancos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica) e não apareciam na contabilidade do BC. O cálculo da dívida total inclui tanto os títulos públicos da União, estados e municípios, como os empréstimos junto a bancos nacionais e estrangeiros.

O Governo pactuou com o FMI a meta de 46,5% do PIB para a dívida pública no fim de 2001. Hoje está em 47,5%. Quanto menor a relação dívida/PIB, melhor para o país: se a relação cresce muito e a dívida tem vencimentos em prazos muito curtos, aumenta o receio do mercado de que os compromissos possam

não ser pagos. A dívida interna, que está em grande parte nas mãos dos bancos, chegou a R\$ 423,857 bilhões em fevereiro, frente aos R\$ 415,979 bilhões de janeiro. Já a dívida externa teve uma redução e passou de R\$ 107,236 bilhões em janeiro para R\$ 105,759 bilhões no mês seguinte. A queda foi provocada pela menor desvalorização do real no período.

Dívida estourou projeções nos últimos anos

A dívida do setor público estourou todas as projeções nos últimos dois anos. Em dezembro de 97, durante a crise da Ásia, o total era de R\$ 308,426 bilhões, e subiu com a desvalorização do real em janeiro de 99 e com os choques de juros que o BC realizou para segurar a taxa de câmbio fixa. Só a dívida externa saltou de R\$ 38,580 bilhões, no fim de 97, para R\$ 108,769 bilhões em dezembro de 99.

O chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, disse que o Governo deverá incorporar na dívida total qualquer reajuste no FGTS. O Supremo Tribunal Federal (STF)

está julgando ações pedindo a reposição de perdas de rendimentos do FGTS nos planos econômicos de 1987 a 1991 (Bresser, Verão e Collor I e II). Segundo ele, caso o Governo tenha de reconhecer essa dívida, não serão desembolsados recursos de caixa da União, que poderá emitir gradualmente títulos públicos para cobrir a diferença. Isso vai provocar um crescimento da relação dívida total pelo PIB. Cálculos preliminares da Caixa Econômica Federal, com base na decisão parcial do STF, indicam que o Governo precisará gastar cerca de R\$ 47 bilhões para atualizar as contas do FGTS.

O julgamento no Supremo começou na semana passada e o voto do relator, ministro Moreira Alves, reconheceu que o Governo terá mesmo que pagar a correção integral referente aos planos Verão e Collor I, ficando livre da reposição dos planos Bresser e Collor II. O voto foi acompanhado por dois outros ministros, mas o julgamento acabou sendo suspenso e deverá ser retomado no mês que vem. ■